

## Ata Circunstanciada da 108ª Sessão Ordinária

### ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 108ª  
(CENTÉSIMA OITAVA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
DE 6 DE DEZEMBRO DE 2023.**

**INÍCIO ÀS 15H03MIN**

**TÉRMINO ÀS 16H53MIN**

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Declaro aberta a presente sessão ordinária de quarta-feira, 6 de dezembro de 2023, às 15 horas e 3 minutos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, expediente que será lido pela presidência.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O expediente lido vai a publicação.

Constata-se que não há quórum.

Está suspensa a sessão por 15 minutos.

(Suspensa às 15h06min, a sessão é reaberta às 15h29min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Está reaberta a presente sessão com a presença de 5 deputados.

A presidência vai suspender os trabalhos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h30min, a sessão é reaberta às 15h33min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Declaro reaberta a presente sessão ordinária.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, eu tenho em mãos um papel com uma denúncia feita por um conselheiro do Conselho de Alimentação Escolar do Distrito Federal. Eu posso dizer que esta é uma denúncia indevida. Eu não sei o que esse senhor quer com esta denúncia que ele está fazendo sobre a merenda escolar do Distrito Federal.

Eu visito escolas. Eu sei do carinho com que as merendeiras tratam as crianças e do profissionalismo que elas têm. Hoje, graças ao convênio do FNDE com os governos dos estados, inclusive com o Distrito Federal, garante-se que, no mínimo, 30% da merenda escolar tem que ser de compra local, fortalecendo a agricultura familiar, e, com isso, há todo tipo de produto na confecção da merenda.

Aí denunciaram a merenda do Distrito Federal. Não colou. Agora este senhor está tendo a ousadia de denunciar um concurso que foi muito bem feito pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, o concurso chamado Sabor de Escola. Eu estive em uma das etapas, lá no Cotal Mil, e estive no encerramento. Quem não esteve no encerramento perdeu muito, deveria ter visto a festa que houve no centro de convenções com as famílias, os profissionais da educação, os professores, os

auxiliares e as merendeiras.

Eu fui jurado e comi da comida. A comida não veio da cantina das escolas, foi comprada pela empresa que ajudou, mas é do mesmo tipo que é servida na escola. Houve uma feijoada escolar. Que criatividade a das merendeiras! Elas pegam a paleta do porco, tiram a pele, fazem o torresmo e fazem a feijoada. Tinha de tudo. Por exemplo, uma menina lá de Almécegas, de uma escolinha de uma área rural de Brazlândia, fez um prato. Vocês precisam ver que sabor tinha aquele prato. Até brinquei com ela dizendo que, se ela montar um restaurante, ela vai ficar rica.

É com esse carinho que elas efetivamente tratam as crianças, e o amor que as crianças têm por elas.

Senhor presidente, deputado Wellington Luiz, do concurso do ano passado, 3 merendeiras, as 3 primeiras colocadas, estão fazendo gastronomia na Católica. Esse foi o prêmio que elas ganharam. A primeira colocada, que está fazendo gastronomia, falou: "Eu vou me formar e não quero sair da escola". Vejam a dedicação e o amor que elas têm.

Portanto, quero dizer a esse senhor que está fazendo essa denúncia que ela é infundada e irresponsável. E nesse caso, eu estou com o pessoal da secretaria que organizou o concurso: o Isaías, a Hélvia e todos os demais que organizaram esse concurso. Se quiserem me chamar como testemunha, estarei à disposição, porque eles foram denunciar o caso para a Proeduc. Estou à disposição para ser testemunha, pela maneira respeitosa e carinhosa com que eles trataram as merendeiras, as quais merecem todos os aplausos por parte de todos nós.

Estou aqui para fazer o reconhecimento dessas profissionais, que são fundamentais para a educação do Distrito Federal. Ninguém aprende com fome. Não adianta querer ensinar um faminto, porque ele não vai aprender nada. Como elas estão alimentando bem essas crianças, certamente essas crianças, bem alimentadas, serão crianças que terão um futuro melhor.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Chico Vigilante. Parabéns pelo pronunciamento. É uma matéria extremamente importante.

Concedo a palavra ao deputado Rogério Morro da Cruz.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (Bloco União Democrático. Como líder. Sem revisão do orador.) – Desejo uma ótima tarde ao senhor presidente, a todos os companheiros, à galeria e a todos os servidores.

Quero só relatar, senhor presidente, que na última segunda-feira, dia 4, estive com a secretária de saúde, Lucilene. Na oportunidade, foi debatida e discutida a tão sonhada construção do Hospital Regional de São Sebastião. Nós já temos o terreno, o projeto e o mais importante: o recurso.

Quero agradecer a todos os envolvidos e ao governo federal também por ter disponibilizado 129 milhões para construir o tão sonhado hospital regional da minha querida e amada São Sebastião.

Também discutimos e já está autorizada, já está no final, a construção do laboratório público para o Distrito Federal. Foi um debate bacana. Eu estarei colocando recurso para isso. Falamos também sobre o laboratório de São Sebastião. Espalharam *fake news* pela cidade, deputado Chico Vigilante... Iniciou-se uma reforma, houve várias *fake news* na cidade falando que não iria retornar o laboratório para a UBS 1 de São Sebastião –, mas foram simplesmente *fake news* espalhadas ali em toda a região. Já foi concluída a reforma do nosso laboratório, que vai voltar a funcionar, se Deus permitir, em breve, e com todo o pessoal.

Também foi debatido sobre a construção do Caps para a nossa querida São Sebastião. Foi debatido também um posto de apoio para a área rural Nova Betânia; também o Capão Comprido, se Deus permitir, terá uma UBS para atender todos os moradores; e outras demandas também para o Distrito Federal. Quero deixar bem claro que este deputado, apesar de ter o nome Rogério Morro da Cruz, não é deputado somente de um bairro, de uma cidade; o deputado é eleito para representar todo o Distrito Federal.

Falamos também sobre a questão de outros segmentos para a nossa cidade. A partir de janeiro, serão adquiridos, por meio de nossa emenda parlamentar, equipamentos para a nossa UPA de São Sebastião, que realmente tem passado por momentos difíceis. A saúde do Distrito Federal precisa melhorar, principalmente na valorização dos profissionais, que estão na ponta e sabem dessa necessidade. Eu destinei mais de 4 milhões de reais para se poder investir na saúde.

Quero aqui também agradecer ao deputado federal Julio Cesar, que é o nosso secretário de

esporte. Quero agradecer tanto a ele quanto ao Renato por terem contemplado São Sebastião, presidente, com uma quadra sintética que iria para outra cidade, mas por uma boa articulação consegui levá-la para São Sebastião. O pessoal que ama o esporte, os amantes do esporte estão agradecendo ao deputado federal Julio Cesar.

Essa é a forma inovada, deputado Max Maciel, de fazer política, uma política sem vaidade, uma política de servir, de fazer o bem às pessoas. É para isso que nós fomos eleitos.

Já quero deixar aqui registrado, mais uma vez, que vocês fiquem à vontade em destinar recursos para São Sebastião e para toda a nossa região, porque eu não tenho vaidade. Quem tem a ganhar com benfeitoria, com benefício, é a população. Se você tem como destinar recursos, tanto para o esporte quanto para a saúde, para a segurança pública, fique à vontade.

Deputado Chico Vigilante, eu quero fazer um pedido ao senhor. O senhor é uma pessoa que todos nós respeitamos, toda a população do Distrito Federal, mas São Sebastião precisa de muito investimento em saneamento básico.

E, para concluir, presidente, quero pedir que todos possam dar as mãos, realmente. O Morro da Cruz, quando chove, vira praticamente o rio Parnaíba. Sabemos que os recursos de um deputado sozinho não vão conseguir, de forma alguma, melhorar aquela situação. Há o Capão Comprido, o Residencial Vitória e vários bairros.

Quero pedir emenda parlamentar também ao nobre deputado que chegou e está me olhando. Deputado Martins Machado, juntos, podemos fazer toda a diferença. Acabei de registrar o nosso agradecimento ao deputado federal Julio Cesar, que nos presenteou com uma quadra esportiva na 302.

Fiquem à vontade para destinar recursos para a nossa cidade!

Que Deus nos abençoe hoje e sempre.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado. Parabéns, deputado Rogério Morro da Cruz.

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (Bloco Parlamentar PSOL-PSB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Presidente, boa tarde. Boa tarde a todo mundo que nos acompanha aqui no plenário e pela TV Câmara Distrital.

Ontem foi um dia bastante corrido. Não conseguimos externar a fala pela qual tínhamos motivação, mas foi importante, porque hoje a rodoviária foi debatida em uma reunião específica com os parlamentares.

Existem algumas questões para serem tratadas a respeito da rodoviária. A primeira delas é o porquê da pressa. Por que a pressa agora de entregar a rodoviária? O que está motivando tanto essa vontade, por parte do GDF, de fazer uma concessão? Essa concessão, para nós, é uma privatização de um espaço que não é um ponto onde as pessoas escolhem passar ou não passar. O principal *hub* de acesso a outras cidades, de interlocução, de mobilidade é a Rodoviária do Plano Piloto.

Quero dizer que fizemos sérios e bastantes questionamentos acerca do que está sendo debatido no tema rodoviária à secretaria que trata das PPPs e ao secretário de mobilidade. Primeiro, quero dizer que as informações são desconstruídas. O que o Estado apresenta para nós não bate com a previsão ou a perspectiva que eles querem dar para a rodoviária.

Há também uma preocupação muito importante nesta casa, que é trabalhar pela legalidade. A rodoviária está sob a responsabilidade da Secretaria de Mobilidade. Ela é um terminal rodoviário, com base na Lei Orgânica, que prevê a possibilidade de permissão por apenas 10 anos, mas a concessão que está sendo trazida para cá apresenta, de cara, 20 anos de concessão, com possibilidade de renovação para mais 15, ferindo a Lei Orgânica. Fica até o questionamento de como podemos permitir passar isso sem que ajustemos esse determinado modal.

Nós temos uma proposta para a rodoviária, que, de fato, não é simples nem é fácil, porque o desgaste é histórico, mas ela é fundamental e importante para nós.

O primeiro – acreditamos que vale a pena para quem quer, em tese, entregar a rodoviária – é dar a ela a mesma oportunidade e condição que estão dando para uma futura concessão. Como eu não permito que a rodoviária, hoje, tenha as mesmas oportunidades que eu vou dar a uma futura concessão e digo que ela não é vantajosa? Que vantagens são essas?

Primeiro, a exploração de estacionamento. *Ok*, o governo quer fazer a exploração de estacionamento? Por que não criamos uma subsidiária, exploramos os estacionamentos e o lucro desse estacionamento voltamos para um fundo de transporte? Nós apresentamos, está na pauta, é o Projeto de Lei nº 362. Esperamos muito, presidente, que esse projeto de lei seja votado até a semana que vem nesta casa. Ele cria o Fundo Distrital de Transporte Público e Mobilidade Urbana, pelo qual poderemos coletar várias formas de recursos, seja por estacionamento rotativo, seja por outras fontes de recursos. Que coloquemos isso dentro do caixa da mobilidade para, quem sabe, até fazer a tão sonhada tarifa zero. Há proposta, há caminho.

Como é que eu permito que uma concessionária explore estacionamento, mas eu não permito que hoje a rodoviária faça isso? Que se pegue o dinheiro em benefício da população. Política pública, bem público é para servir o público, não é para dar lucro mesmo não. Nós não estamos preocupados se o negócio vai dar prejuízo. É servir ao público. Quem tem que focar em lucro é a iniciativa privada. Ela que construa, então, outro espaço de modal e oferta.

Isso vai colocar, gente, uma outra problemática para o Distrito Federal, porque há uma coisa também mal explicada que é a segunda fonte de recurso mais importante da chamada concessão que é a taxa de acostagem. Eu já disse isso aqui. Não vão parar mais na rodoviária os ônibus da região metropolitana, do Entorno. Por quê? Como é que eu vou parar e pagar 14 reais. Eu paro uma parada antes, eu paro uma parada depois, eu paro no eixo de baixo, eu não paro mais naquele *hub* central de interlocução com a cidade que vai ser chamado de rodoviária.

E, olha, presidente, nós levantamos algumas informações de 2019, 2020 e 2021, com os dados da transparência. Recursos que o governo alocou para a manutenção da rodoviária: em média 1,3 milhão de reais. Em 2022, foram 2,6 milhões de reais. Em 2023, até outubro – nem contabilizei novembro ainda –, foram 16,1 milhões de reais. Como é que eu passo 4 anos investindo o mínimo e no último ano eu invisto o máximo para entregar? Isso tem nome, isso tem tese na literatura. Chama-se gestão... crise... Como é que é? Gestão de choque, choque de crise... Eu gero a crise, apresento um problema, depois eu vendo uma solução fácil que é entregar para a iniciativa privada de mão beijada.

Eu quero pedir a oportunidade para concluir, pois o sininho já vai tocar.

Há um detalhe na concessão pública. Quem não acompanha precisa saber como é que funciona a PPP. O GDF não pode conceder à iniciativa privada ou a quem quer que seja um equipamento onde haja problemas, porque a concessão permite conservação. Como é que eu entrego uma rodoviária em que a escada rolante não funciona? Como é que eu entrego uma rodoviária que não tem banheiros? Como é que eu entrego uma rodoviária em que o elevador não funciona? A concessionária, se assumir, pelo contrato, não tem a obrigatoriedade de construir, porque apenas conserva. Então, ela vai fazer o quê? Conservar o que está quebrado. Por isso que nós aumentamos de 2,6 milhões em 2022 para 16 milhões em 2023. É porque o Estado precisa deixar nas condições de uso para a concessão assumir. Por isso que, agora, estão lá os banheiros sendo reformados. Por isso que se fez o contrato de manutenção.

E é importante diga nesta casa: vamos fazer a concessão da rodoviária, vamos entregar para a iniciativa privada, mas, se fizermos um levantamento, a segurança já é privada, a limpeza é privada, central de vigilância é privada, manutenção é privada. Nós vamos entregar mais o quê? Vamos entregar o que nós estamos chamando aqui de filé do boi, que é a possibilidade de arrecadação. Uma empresa tem a possibilidade de arrecadar 36 milhões por ano e vai pagar de outorga 1,8 milhão de reais, sendo que, dos 36 milhões considerados como arrecadação da empresa, 10 milhões já são contabilizados pelo GDF na chamada tarifa de acostagem, de que eu falei agora há pouco, em que, para cada ônibus que parar, o Estado vai pagar.

Aí é negócio demais! Defender o Estado mínimo assim é bom demais, defender dando toda condição para o empresariado lucrar sem ônus nenhum, ônus nenhum! E detalhe, eu já estou prevendo o risco de uma taxa de acostagem e vou dar 10 milhões. Outro detalhe, o Governo do Distrito Federal não apontou de onde virão os 10 milhões, de qual fonte de recursos.

Então, presidente, peço serenidade a esta casa, não há o porquê de esse projeto ser votado às pressas, não há porquê. Inclusive, as informações não estão na sua completude e vão chegar na sexta-feira. Não há tempo de analisar isso tudo até terça-feira que vem. Então, que esta casa tenha tranquilidade, paciência e que possamos dar primeiro a oportunidade para a rodoviária ter uma administração própria, com seu AG, com capacidade de recursos e investirmos nela como principal *hub*. Aí nós vamos saber se, de fato, ela tem condição de ser eficiente ou não para entregarmos para a iniciativa privada.

Dito isso, independentemente do que for vir aqui, nós somos contrários à entrega, da forma como está sendo feita, da rodoviária.

Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Max Maciel. Hoje houve uma longa reunião, vários pontos ficaram de fato pendentes, por isso decidimos marcar uma nova reunião na própria segunda-feira, às 15 horas e 30 minutos, e discutiremos a situação, inclusive a possibilidade de votar ainda neste ano, ou não votar, não havendo o conforto necessário para que os parlamentares possam se manifestar.

Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MAX MACIEL – É importante que se diga, presidente, para esta casa e para a população saber, que o senhor tinha total condição de pautar esse projeto para votação nesta semana. Mas o senhor, com a habilidade que tem, fez questão de acatar os pedidos dos deputados desta casa, de trazer o governo para apresentar os equívocos, de fazer as reuniões para que não votemos isso no afogado do debate.

Queria parabenizá-lo quanto a essa condição de que não vai vir nada do GDF nos tratando aqui, sem que tenhamos um amplo debate e que possamos ser escutados também nas reuniões. Quero parabenizá-lo por isso. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Max Maciel. Esse é o acordo que nós temos. Não faço mais do que a minha obrigação de respeitar os direitos dos parlamentares, que representam os interesses da população. Então, faremos isso na segunda-feira. Havendo conforto, é óbvio que é uma matéria importante e nós vamos votar. Não havendo, poderá ser discutida no ano que vem, sim, sem problema algum. Obrigado, deputado Max Maciel.

Concedo a palavra à deputada Dayse Amarílio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (Bloco Parlamentar PSOL-PSB. Como vice-líder. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde, presidente. Boa tarde a todos, a todas, aos servidores.

Presidente, já estamos discutindo esse projeto com muita responsabilidade, apesar de não ser uma área em que possuímos tanto domínio, mas temos uma responsabilidade muito grande com o Distrito Federal. Eu queria trazer, até numa maneira de evisceração de alguns sentimentos, o meu desconforto em relação a alguns pontos desse projeto da rodoviária.

Acho que não há discussão entre nós deputados de que a rodoviária do jeito que está não dá para ficar, até porque o povo de Brasília merece uma rodoviária realmente muito melhor, muito mais segura. Só que algumas coisas nos preocupam.

Hoje de manhã, na nossa reunião, eu pedi à secretaria... Nós temos algumas dificuldades de acesso a dados que a própria secretaria não traz com uma certa segurança, o que gera muita dúvida entre os próprios parlamentares para conseguirmos entender realmente a vantagem e a desvantagem para o povo do Distrito Federal.

Eu venho falando, eu falo inúmeras vezes que a nossa função aqui é realmente – na nossa consciência de órgão de fiscalização e de independência – propormos algo que fique para o Distrito Federal, independentemente do nosso mandato ou de quem esteja ali assentado na cadeira do Buriti.

Algumas coisas nos trazem preocupação e, quando nós fazemos essa comparação entre vantagem e desvantagem... Deputado Pepa, eu fiz essa comparação ponto a ponto e, se nós colocarmos, por exemplo, nas redes sociais, muitas pessoas vão falar assim: "Realmente tem que se fazer a concessão, porque a rodoviária é horrível, tem que se fazer mesmo". Na internet mesmo o pessoal fala: "Nós queremos uma rodoviária bonita". Só que o povo muitas vezes não entende o que está por trás disso, não entende a constitucionalidade que exige que sejam 10 anos, não entende a contrapartida, que nós não estamos tendo.

A sensação que eu tenho, quando analiso vantagem e desvantagem, é que o modelo não está fadado ao fracasso. Não, pelo contrário, mas acho que com muita responsabilidade nós temos que jogar essas vantagens e desvantagens. Quando nós observamos a taxa, inclusive das vagas, e nós jogamos isso, nós entendemos que praticamente 100% dessas vagas vão para a concessionária. Uma porcentagem mínima vai para o GDF. E por que essa porcentagem é tão mínima para o GDF? Poderia ser um dinheiro entrando no cofre do Governo do Distrito Federal. Por que nós vamos pagar a taxa de acostamento? Por que nós vamos pagar essa taxa? Por que não é a empresa que paga? Por que nós vamos arcar com isso?

Parece muito confortável para quem vai pegar. É realmente uma galinha dos ovos de ouro. Eu acho que quem pegar realmente vai ter previsão de fazer uma exploração de 10 anos, depois provavelmente de mais 25.

Então, eu acho que nós precisamos entender, nós precisamos discutir essa minuta do contrato, uma minuta que não chegou da maneira que nós precisamos que chegue. Nós precisamos discutir ponto a ponto.

Outro ponto que eu levanto aqui é que nós temos alguns equipamentos públicos dentro da rodoviária: CTA, posto de vacinação, polícia, vários equipamentos públicos. E pasmem: a ideia é que o governo pague pela metragem quadrada de aluguel para a concessionária. Eu queria saber qual é a vantagem que o governo está tendo.

Eu acho que, se formos fazer, vamos fazer com muita responsabilidade. Nós precisamos melhorar a rodoviária, sim, precisamos. Inclusive, como o deputado Max Maciel falou, nós temos contratos que já são vigentes para a segurança, para manutenção do elevador. E eu não entendo por que é tão depredada.

São coisas que nós discutimos trazendo luz à nossa responsabilidade social. Eu acho que, infelizmente, o povo perece, muitas vezes, por não ter conhecimento de algumas coisas, mas nós estamos aqui e nós vamos ser cobrados na história do Distrito Federal por decisões de colocar o dedinho ali e votar "sim" ou "não". Eu falo isso com muita tranquilidade. Não estou falando que eu sou melhor do que ninguém, mas eu tenho tranquilidade de votar aquilo que nós vamos deixar para o Distrito Federal, independentemente de estarmos aqui exercendo um mandato. Eu quero que cheguem aqui as vantagens e as desvantagens, e que a população entenda tudo isso.

Infelizmente, quando eu dou aula – eu falo isso com muito pesar –, numa sala com 300 alunos, formados às vezes, eu pergunto: "Quantos deputados distritais existem?" Ninguém sabe dizer. "Qual é a nossa função?" Ninguém sabe dizer. "Em quem você votou na última eleição?" Ninguém sabe dizer. Mas nós que estamos aqui temos uma responsabilidade com o Distrito Federal de fazer Brasília para os brasilienses.

Então, peço muita ponderação, não é demais pedir para que votemos esse projeto no ano que vem, presidente, com todos esses dados, com toda a segurança que precisamos ter.

Agradeço também a V.Exa., presidente, que tem conduzido bem esta casa. V.Exa. tem todo o nosso respeito e consideração, porque tem feito a diferença entre nós e entre os projetos desta casa. Queria lhe agradecer e dizer que eu não me sinto segura para votar, porque realmente não entendi qual é a vantagem para o povo do Distrito Federal e para o próprio Governo do Distrito Federal.

Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigada, deputada Dayse Amarílio. Mais uma vez, reafirmo que o nosso compromisso é discutir com os 23 deputados para que tomemos a decisão se o referido projeto de lei irá ou não à votação. Se houver concordância e conforto entre os deputados para votarmos, assim o faremos, mas, se não houver, nós discutiremos uma nova data. Está bem, deputada? Fica aí o nosso compromisso.

DEPUTADO RICARDO VALE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Presidente, primeiro eu quero saudar a presença dos trabalhadores da carreira fazendária, gestores, que fizeram uma assembleia ali fora agora há pouco. Daqui a pouco falaremos sobre a situação de vocês, estamos acompanhando, vários deputados estão muito preocupados com a situação. Só vamos esperar o pessoal subir para entrarmos no debate sobre a situação de vocês. (Palmas.)

Eu vou aproveitar a oportunidade, presidente, para falar de uma discussão que travamos aqui, no início do ano, eu, deputado Pepa, deputado Rogério Morro da Cruz, deputado Max Maciel, sobre a questão da drenagem no Distrito Federal. Passamos praticamente o ano inteiro falando que as chuvas iriam voltar e que esse é um problema crônico em várias áreas do Distrito Federal, principalmente nas comunidades mais carentes, e a situação seria muito trágica.

Eu fui, inclusive, à Novacap e pedi que fizessem os projetos de drenagem em várias áreas do Distrito Federal, principalmente nas regiões perto de onde eu moro, Sobradinho, Setor de Mansões, aqueles condomínios do Grande Colorado, algumas áreas de Planaltina que estive visitando. Pedimos à Novacap que fizessem os projetos de drenagem. Não se tem como fazer um asfalto novo, definitivo,

que dure muitos anos, se não houver o projeto de captação, se não houver a drenagem.

Passou-se um ano, e nada dos projetos. Estamos vendo a população de várias localidades e cidades sofrendo com as enxurradas, com a buraqueira, com o desperdício de dinheiro público, porque se faz o tapa-buraco, o recapeamento é malfeito, e as chuvas vêm e levam tudo. É dinheiro público jogado no ralo.

Portanto, quero aproveitar para de novo fazer um apelo à Novacap e ao Governo do Distrito Federal para que façam os projetos de drenagem. Se estiver faltando recurso para fazer os projetos, colocamos emendas. Só com o projeto de captação de água pluvial feito é que poderemos fazer asfaltos novos nas nossas cidades.

Lamento muito pelas muitas reclamações e pelos muitos vídeos que chegam até nós o tempo inteiro. São carros sendo arrastados, motociclistas caindo, gente quebrando os carros. É a buraqueira total voltando à nossa cidade, e os projetos não são feitos.

Então, fica o registro. O ano está acabando. Espero que, no ano que vem, a Novacap faça os projetos, já que provavelmente nos próximos 20 dias, até o final do ano, não os fará. Como eu falei, se precisar, nós colocaremos recursos. Tenho certeza de que não só eu, mas vários deputados colocarão.

Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Ricardo Vale.

Saúdo os servidores da carreira fazendária. Quero dizer do nosso apoio incondicional a esta carreira. Faço a defesa para que haja tratamento igualitário, como houve com os auditores. Vocês têm o nosso apoio. (Palmas.) Os deputados têm conversado conosco. Há pouco, o deputado Ricardo Vale me pediu para conversar com vocês. Há pouco, conversamos com o chefe da Casa Civil, doutor Gustavo Rocha, que tem sido extremamente sensível. Estamos buscando soluções. Quero empenhar a minha palavra, fazer o meu compromisso de que nós não descansaremos enquanto vocês não tiverem seu pleito alcançado. É uma medida mais do que justa e um direito sagrado. Vocês têm o nosso apoio. (Palmas.)

O Helvécio já está aí? Ele está fazendo o que o presidente de um sindicato tem que fazer: primeiro, fazer entrar os seus representados; depois, entra o representante. Muito bem.

DEPUTADO RICARDO VALE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, de certa forma, acompanhamos a negociação entre a categoria, o sindicato, a Casa Civil, a Secretaria de Planejamento. A minuta estava pronta, estava tudo ok para o projeto de lei vir para esta casa. (Palmas.) E do nada, de repente, o projeto não foi encaminhado, a categoria foi pega de surpresa, já estamos a 20 dias do final do ano, e o prejuízo é enorme para a categoria, para o Estado e para nós, contribuintes. Engana-se quem acha que a Secretaria de Fazenda funciona sem estes trabalhadores. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – É verdade.

DEPUTADO RICARDO VALE – Engana-se mesmo! (Palmas.)

O deputado Wellington Luiz, presidente desta casa, acabou de ligar para o secretário da Casa Civil, Gustavo Rocha, e pediu que vocês possam ser recebidos, se possível, ainda hoje, para retomar essa discussão e saber o que houve, o porquê disso. Por que uma carreira tão importante como essa está ficando à margem do processo, diferentemente de outras carreiras? Reitero nosso compromisso de estar junto com vocês para tentar resolver isso o mais rápido possível. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Ricardo Vale.

Enfatizo, deputado Ricardo Vale, a forma ordeira como essa carreira agiu durante as negociações dos auditores – eles não atrapalharam, eles apoiaram. Ontem, esta casa deu uma resposta e não podemos decepcioná-los. Então, eles fizeram a parte deles e nós vamos fazer a nossa. O governo tem de ser sensível e mandar o projeto para esta casa. Precisamos discutir o projeto, claro, há necessidade de diálogo. Desde o primeiro momento, eu me posicionei que o direito tem de ser estendido a todos. Uma parcela dessa carreira já foi atendida, agora precisamos atender a outra parcela. Esta casa não vai decepcioná-los. Vamos nos empenhar para que vocês tenham o direito de vocês garantido. (Palmas.)

Agradeço o apoio, inclusive, de todos os deputados, que têm nos ajudado.

Falando nisso, concedo a palavra ao deputado Pepa, representando o PP, o MDB e todos os partidos que S.Exa. quiser.

DEPUTADO PEPA (Bloco MDB-PP. Como líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos. Boa tarde, presidente. Boa tarde, servidores. Somos servidores do Distrito Federal e precisamos sempre estar de mãos dadas. Contem com esta casa, contem com o nosso apoio e com a condução mais correta do presidente desta casa. (Palmas.)

Hoje quero falar, presidente, da dignidade de uma comunidade rural para que vocês, que estão na galeria, possam também entender. Falo da comunidade Núcleo Rural São José – poucas pessoas a conhecem. É o núcleo rural mais longínquo do Distrito Federal. Para sair de lá e chegar ao Plano Piloto é uma luta.

Só para vocês entenderem – deputado Max Maciel, nós que somos da Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana –, a comunidade Núcleo Rural São José, há 10 anos, não tinha o direito de ir e vir, não tinha uma linha de ônibus para se deslocar. Os moradores estavam pagando 40 reais, 50 reais para um loteiro trazê-los até a rodoviária de Planaltina. Por nossa intervenção junto à Secretaria de Mobilidade, na segunda-feira, começou a rodar a linha 0.612, saindo de Planaltina para o Núcleo Rural São José, e do Núcleo Rural São José para Planaltina. Espero que essa linha não pare mais de rodar. Sabem por quê? Porque as pessoas ficam dizendo que há um número pequeno de passageiros, mas eles têm o direito de ir e vir. Tem o direito de ir e vir, é cidadão e merece respeito! Que essa linha nunca mais saia de lá. Que continuem respeitando os passageiros para sempre. Se antes não havia quem brigasse por aquela comunidade, hoje há, hoje há um deputado da região para brigar por eles. Estou aqui para isso, é por isso que eu falo.

Também quero agradecer – talvez esta seja minha última sessão deste ano, porque vou realizar um procedimento cirúrgico –, senhor presidente, ao amigo deputado Wellington Luiz. Quero lhe agradecer, porque V.Exa. nos acolheu aqui com todo o carinho. A nossa primeira legislatura não é fácil. Como disse a deputada Dayse Amarilio, não é fácil ir ali e apertar o dedo, é uma grande responsabilidade, mas houve acolhimento, respeito por todos os 23 deputados. Estendo esse carinho a V.Exas. porque, meu amigo, não é fácil. Sempre precisamos orar um pelo outro nesta casa. Sempre termos o carinho pelos servidores, que sempre estão aqui nos dando total atenção. (Palmas.)

O Maurício, esse cara do governo que está sempre nos acolhendo e nos abraçando. Maurício, estou falando de você. Obrigado, obrigado por sempre nos dar atenção, sendo um cara imparcial, que nos orienta.

Eu sou grato a todos vocês, servidores da Câmara Legislativa, pelo acolhimento em meu primeiro ano de legislatura. Estou muito feliz de poder servir às pessoas com dignidade, olhando para frente e respeitando, o pessoal da limpeza ao pessoal da presidência. Sou grato a todos vocês.

Muito obrigado pelo carinho. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Pepinha. V.Exa. sabe que conquistou o nosso coração. V.Exa. é uma pessoa extremamente preparada, que chegou a este parlamento com muita luta, com muita dedicação, representando seus eleitores de uma forma muito digna. Posso dizer, com toda tranquilidade, que eu tenho orgulho de ser colega de V.Exa. e, sobretudo, de ser amigo de V.Exa.

DEPUTADO PEPA – O orgulho é meu.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – É mais meu.

DEPUTADO PEPA – Meu amigo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Pepinha, estamos muito felizes. De fato, este foi um ano extremamente difícil. Nós que viemos de outras legislaturas podemos dizer a V.Exa. que este é o primeiro ano mais difícil de todos os meus mandatos. Com 8 dias de mandato, houve o fatídico 8 de janeiro. Nós sabemos o que isso significa. Tivemos que nos reinventar. O deputado Chico Vigilante, um deputado extremamente experiente, sabe das dificuldades de enfrentar um problema como esse logo no início do governo.

Todos os deputados estão de parabéns. V.Exa. foi muito feliz por nos lembrar disso. Volto a dizer, com tranquilidade, sem medo de errar, sem qualquer demérito, pelo amor de Deus, a qualquer outra legislatura – até porque eu fiz parte delas, fui vice-presidente desta casa, assumi esta presidência durante um determinado período –, que esta é, sem dúvida, a melhor legislatura que passou por esta casa – sem qualquer demérito às outras, pelo amor de Deus! Nós podemos ver o nível de qualidade dos deputados, a capacidade de discutir as diversidades ideológicas, partidárias, e nós ficamos muito

felizes com isso. Obrigado.

Deputado Max Maciel, sei que temos uma aniversariante nossa aqui presente que completa 30 anos de serviço nesta casa.

Vou conceder a palavra a V.Exa. e já me antecipando, faço das suas as minhas palavras.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, na verdade, eu peço licença à casa para fazer esse registro.

Muitos parabenizam o nosso mandato, mas ele é fruto de uma equipe muito unida, unificada e histórica. Ao chegar a esta casa, nós tivemos o presente de ser assessorado por uma equipe de rua e por uma equipe técnica muito competentes.

Uma parte dessa equipe técnica que tem me ensinado sobre o plenário, que não me deixa errar, que me orienta, que não me deixa afobar, é a nossa assessora de plenário que nos escolheu – ela não precisaria nem estar aqui, poderia ter escolhido outro deputado – e que hoje completa 30 anos de serviço na CLDF, presidente, a nossa assessora Jacque Galuban. (Palmas.)

Nossas vidas se cruzaram antes mesmo de eu me tornar deputado, porque, pela militância, eu já ocupei a CLDF outras vezes; na primeira, pelo Passe Livre, e, na segunda, pelo Fora Arruda, e ela estava lá. Certamente, ela tomou alguma marretada meio perturbada ao reivindicar por esta cidade. Fico feliz de você estar caminhando conosco e de ter nos escolhido.

Peço uma salva de palmas a Jacque Galuban por seus 30 anos de dedicação à CLDF. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Max Maciel. Parabéns, Jacque. Depois cantamos os parabéns à nossa amiga, porque ela é motivo de muito orgulho para nós, bem como a todos os servidores que têm se empenhado.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, hoje eu estou meio sensível, porque é um grande desafio estar aqui.

O deputado Pepa estava falando disso e eu fiquei me segurando, porque só nós sabemos – acho que nem a nossa família sabe realmente – o peso psicológico, mental, que é estar aqui no parlamento.

Então, deputado Pepa, sintase abraçado. Independentemente de voto, de ideologia, nós estamos juntos, mas nós não conseguiríamos sem as nossas equipes. A Jacqueline é a expressão disso, uma pessoa que tem compromisso com esta casa, com o Distrito Federal. Fico muito feliz de ter conhecido você, Jacque, que ajuda muito o meu mandato, a minha equipe. Então, a ela, que é especial; ao famoso Adovaldo, à Patrícia; à Charlene, que está chegando, eu quero expressar o meu respeito e a minha consideração.

Eu acho que está errado esse negócio de completar 30 anos de casa, porque você não tem cara de ter 30 anos de serviço, não! Qualquer coisa, me passa o nome da sua esteticista que está tudo certo.

Que Deus a abençoe e muito obrigada pelo seu compromisso. Estendo os meus parabéns a todos os servidores que fazem, no dia a dia desta casa, uma Câmara Legislativa forte, porque os deputados passam e os servidores ficam. Você é um exemplo de dedicação, de respeito e de compromisso com a Câmara Legislativa.

Muito obrigada, Jacque, parabéns! Que Deus a abençoe.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada Dayse Amarilio, faço minhas as suas palavras.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, estou inscrito para falar nos Comunicados de Parlamentares, mas só quero dar uma informação que julgo por demais importante.

Estou recebendo o Alessandro, que é o coordenador de administração geral da Administração Regional de Vicente Pires, junto com a Monise, da Ouvidoria. É muito emblemático para nós o fato de

que estão dando um prêmio para as administrações regionais. A administração de Vicente Pires foi agraciada – ficou em segundo lugar –, pelo atendimento de recomendações, ou seja, foi a administração que mais ouviu e resolveu problemas da Ouvidoria, que são os moradores da cidade pedindo soluções de problema.

Então, eles receberam e vieram me mostrar. Como, na gestão passada, eu era administrador, instituímos lá o atendimento humanizado. Atender ao cidadão é função precípua de todos nós, servidores públicos. Vicente Pires ficou em segundo lugar em atendimento aos pedidos da comunidade. Eu quero deixar isso registrado. Parabéns, Vicente Pires! Parabéns a todos os servidores daquela administração!

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado pastor Daniel de Castro. Da mesma forma, parabenizo os servidores da administração e o administrador pelo excelente trabalho. Isso nos enche de orgulho. Muito obrigado, mesmo!

Vou encerrar os Comunicados de Líderes.

Há algum parlamentar que deseja fazer uso da palavra nos Comunicados de Parlamentares? (Pausa.)

Pessoal, quanto à questão da carreira fazendária, eu e o deputado Ricardo Vale estamos, obviamente, falando em nome de todos os deputados. Todos estão se empenhando, conversando com o secretário-chefe da Casa Civil, para mantermos um diálogo. Estamos tentando uma reunião com os titulares da pasta, mas reafirmamos o nosso compromisso – desde o início da sessão, falamos isso – com essa carreira extremamente importante. Que seja dado a vocês o mesmo tratamento que foi dado aos outros servidores.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Peço um pouquinho de atenção. Não sei se o Helvécio já chegou aí. Já os parabenizei pela postura e pela forma com vocês conduziram as negociações de outras carreiras, de maneira extremamente ordeira e respeitosa. Portanto, agora é a hora de olhar para vocês. Esta casa tem esse compromisso. Estou tentando, com o secretário-chefe da Casa Civil, marcar reuniões, inclusive com os titulares das pastas e com vocês, os representantes. O Helvécio faz um belíssimo trabalho à frente do sindicato, e de sindicato eu entendo um pouquinho, porque, só à frente do meu, fiquei 12 anos.

Podem ter certeza de que vocês estão muito bem representados. Estamos tentando articular essas reuniões, para que tenhamos, de forma sólida, um encaminhamento que dê tranquilidade a vocês. Mesmo que não seja resolvido neste ano, no ano que vem...

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Gente, vou dizer uma coisa a vocês: se há uma coisa que eu não faço é mentir. Não me peçam para fazer isso. Temos 1 sessão, praticamente. Então, se o projeto não chegar na semana que vem – talvez não chegue... Se alguém estiver esperando isso, é melhor escolher alguém para mentir para vocês. Não serei eu. Vocês têm o meu apoio e de todos os deputados, mas, se quiserem ser enganados, podem bater em outra porta, porque na minha não vai haver espaço.

Temos um compromisso com vocês e vamos trabalhar, mas vamos trabalhar falando a verdade. O projeto não foi votado nesta casa porque não chegou aqui. Se tivesse chegado, teria sido votado. Então, não transfiram para a Câmara Legislativa uma responsabilidade que ainda não é dela! (Palmas.) O apoio, vocês têm. Está certo? Vamos trabalhar com toda transparência. Esta casa não vai descansar enquanto vocês não forem atendidos. Não é enquanto não forem enganados, não, porque enganar não resolve. (Palmas.)

Eu vou fazer agora, mas, se alguém achar que até a semana que vem estará resolvido... Vocês têm instrumento e eu jamais vou interferir – quem me conhece sabe disto – em movimentos que vocês eventualmente queiram fazer. Nisso eu não me meto. Mas prometer a vocês aquilo que não damos conta de cumprir, eu não farei. Muito obrigado. (Palmas.)

Eu vou passar a presidência ao deputado Ricardo Vale. Peço desculpas, deputado Chico Vigilante, mas há um pessoal de outras carreiras aqui embaixo que está me aguardando e à deputada Dayse Amarílio há mais de 1 hora e nós vamos atendê-los agora. Eu e o deputado Ricardo Vale estamos conversando com o secretário Gustavo Rocha, que tem demonstrando muita sensibilidade com

relação à carreira fazendária. Vou manter o deputado Ricardo Vale informado, para que possamos ver como avançaremos.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Peço que V.Exa. fique pelo menos durante a minha fala.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – V.Exa. não pede. V.Exa. manda. Vou pedir ao pessoal que espere mais um pouquinho.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu conheço de perto essa carreira. Se ela é carreira hoje, é porque houve um grupo de servidores, liderados pela Eunice, pela Luísa e pelo Helvécio, que resolveram brigar para que houvesse a carreira fazendária. Nós conseguimos aprovar uma lei nesta casa, que foi, inclusive, questionada no Supremo, mas que está mantida. Eles têm uma carreira própria. Eles não são do carreirão. (Palmas.) Eles têm uma carreira própria, que é a carreira fazendária. Há um sindicato próprio para uma carreira pequena, mas que é altamente valorosa. O Governo do Distrito Federal errou. Deveria ter mandado o projeto dos procuradores e dos auditores junto com o projeto da carreira fazendária.

Está acontecendo agora o Refis, que vai até o dia 29. Se essa carreira resolver parar, não haverá Refis no Distrito Federal. (Palmas.) O governo tem que entender isso. Se eles resolverem parar, não haverá arrecadação. Quando iniciamos o processo, era tão terrível que os auditores não falavam com eles. V.Exa. sabia que havia até bebedouros separados? Havia *apartheid* nessa categoria e nós conseguimos superar tudo isso. É uma carreira valorosa, mas com um número pequeno de servidores.

Nós votamos o projeto da carreira de auxiliar de educação. Eles chegaram aqui às 15 horas e 30 minutos e, às 18 horas e 30 minutos, o projeto estava aprovado em primeiro e segundo turnos. Portanto, o apelo que faço, neste momento, ao Governo do Distrito Federal é que reconheça o valor que essa categoria tem e mande o projeto, para que votemos na próxima terça-feira. (Palmas.) O impacto é quase nenhum. Quase nenhum. Mas a importância que eles têm para a arrecadação é muita coisa.

Essa categoria, presidente, foi muito perseguida. Muito perseguida! Já disse a V.Exa. que havia determinados pontos em que eles eram proibidos de beber nos bebedouros dos auditores. Veja a que ponto chegou. Nós fomos quebrando tudo isso.

Portanto, conhecendo como eu o conheço, o apelo que eu faço ao Governo do Distrito Federal é que mande imediatamente o projeto para que possamos votá-lo. (Palmas.) Que resolvam o problema desses trabalhadores. Eu conheço, V.Exa. conhece. Nós chegamos a fazer assembleias dentro do auditório da Secretaria de Fazenda.

Fizemos mais de uma assembleia lá dentro. Na época – eu preciso reconhecer –, houve um deputado que participou comigo, que ajudou bastante, que foi o deputado Rôney Nemer. Ele estava conosco na época, e nós conseguimos avançar. Portanto, eu tenho certeza de que, com a habilidade que V.Exa. tem, nós conseguiremos arrancar esse projeto. (Palmas.)

Se o Governo do Distrito Federal quer tranquilidade, se o Governo do Distrito Federal quer arrecadar, que trate esses servidores com a dignidade com que eles têm de ser tratados. Ninguém está ameaçando nada, mas, se amanhã eles resolverem tirar um descanso, parar durante uns 15 dias, acabou a arrecadação do Distrito Federal. Há muita gente que não sabe, mas os autos – tudo –, a maioria dos auditores, presidente, só assina.

Quem fiscaliza mesmo, quem cumpre o papel são eles. Vou usar uma expressão: são os verdadeiros “pé de boi” que colocam a arrecadação do Distrito Federal para funcionar. Por isso, precisam ser tratados com o respeito que eles merecem. Eu tenho certeza de que V.Exa. está empenhado e vamos lutar para que nós arranquemos esse projeto do governo para resolver os problemas desses trabalhadores.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Chico Vigilante. Deputado – o Helvécio testemunhou isto –, eu não fui o segundo, eu fui o primeiro a questionar quando os projetos chegaram separados, não só no caso da carreira fazendária, como foi no caso dos servidores da Procuradoria também, cujo aumento também é muito pequeno.

Inclusive, eu sempre exemplifiquei a questão da minha carreira. Como é que você manda um aumento para o delegado e não manda para o agente, ou manda para o agente e não manda para o perito? Não existe essa lógica.

Eu fiz essa defesa. Eu fui o primeiro a receber a informação de que os projetos de lei viriam para esta casa de forma separada. Eu questionei, conversei com o Helvécio no dia, conversei com o sindicato dos servidores da Procuradoria, com o mesmo entendimento. E não arredo o pé do meu entendimento, do meu sentimento.

Volto a dizer: se esse projeto de lei chegar aqui na terça-feira para nós o lermos, nós vamos lê-lo e aprová-lo. (Palmas.) Mas é bom que se saiba que o nosso trabalho – está sendo assim desde o início dessa discussão – é de articulação, para que o Executivo mande o projeto para esta casa. A competência de enviá-lo é do Executivo. O impacto é mínimo. Realmente não faz diferença no orçamento, disso nós não temos dúvida.

Nós esperamos e iremos trabalhar para que a esses projetos de lei – estamos tratando da carreira fazendária, dos analistas da Procuradoria – seja dado o mesmo tratamento.

Fica aqui o nosso compromisso, lembrando que a Câmara Legislativa só pode fazer sua parte – V.Exas. sabem disso – se o projeto de lei chegar aqui. Pela primeira vez na história, a Câmara Legislativa está votando um projeto de servidores que é lido e aprovado no mesmo dia. Nós estamos lendo e aprovando em respeito aos servidores. Esses servidores, pela importância deles, terão o mesmo tratamento, mas o projeto precisa estar aqui. (Palmas.)

Esta presidência consulta se mais algum parlamentar deseja usar da palavra. (Pausa.)

Vou passar a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro e a presidência ao deputado Ricardo Vale.

Enquanto isso, continuarei tentando falar com o secretário Gustavo Rocha e manterei os nobres parlamentares, em especial o deputado Ricardo Vale, informados e, da mesma maneira, o sindicato, por meio do Helvécio e dos outros representantes.

Muito obrigado. (Palmas.)

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, presidente, deputados, deputadas, assessores, imprensa, todos na galeria. Boa tarde para vocês e cumprimento-os, dizendo que vocês estão com todo o nosso apoio. (Palmas.)

Quanto ao Helvécio, não sei se é o mesmo que eu conheço, mas falo na pessoa dele. Falo também na pessoa da dona Maria, nossa vizinha. Onde está a dona Maria, que estava mandando mensagem? Está ali. Contem conosco.

Por que falo isso? Como estou em primeiro mandato, falo desse mandato em que há um presidente extremamente diferenciado. Esse é o modelo deputado Wellington Luiz de presidir esta casa. Esta casa tem um compromisso dos 24 deputados com vocês. Nós somos pró-servidores. Por isso, todas as coisas têm acontecido com muita força nesta casa com o apoio a todas as carreiras: melhoramento de salário, contratação daqueles que fizeram concurso público. Então, acho que esta casa tem se pautado...

O exemplo disso é o de que, em quase todas as nossas sessões, a galeria está cheia. Naturalmente, devemos isso ao nosso presidente, deputado Wellington Luiz, que tem sido essa pessoa de diálogo franco, de fazer, quando necessário, os enfrentamentos com o governo. Aqui ninguém vai fugir da sua responsabilidade. Somos parceiros com o governo. Não tenho a menor dúvida disso.

Vocês todos, contem com o apoio dos parlamentares desta casa. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado, pelas palavras.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, dito isso, faço essa homenagem a V.Exa.

Como essa cadeira pesa, eu imagino. Essa cadeira pesa e, muitas vezes, é refletida na feição de V.Exa.

Eu estava agora almoçando com toda a nossa convenção regional, com os pastores de todo o Distrito Federal, com toda a liderança da minha igreja. Dessa liderança, eu trago um abraço para todos os parlamentares desta casa, especialmente para o senhor. E um pastor falou para mim: "O deputado

Wellington Luiz está na pressão, porque ele está com a cara fechada". (Risos.) V.Exa. é bonito. Fique tranquilo. Pergunte à dona Ilza para V.Exa. ver.

Então, fica a nossa homenagem. O senhor tem nos conduzido de uma forma extraordinária. Não tem deixado nada sair do controle.

Nesse dia especial, eu quero, realmente, dizer, como deputado de primeiro mandato, que estamos aqui aprendendo e, apesar de haver nossos enfrentamentos, nossas pautas, ideologias, temos cumprido o papel. Esta casa tem cumprido o seu papel, principalmente, porque temos no comando V.Exa., que está sempre nos orientando. Quando achamos que saiu um pouquinho, V.Exa. chama, conversa, orienta – isso é muito bom – e está fazendo sempre essa interlocução do governo conosco.

Eu acho que é assim que mostramos o papel da independência dos Poderes – isso é extremamente importante –, mas também mostra o papel de base. Esse papel de base é salutar. Às vezes há desacordo, claro que vão desacordar com o governo. É natural, vai haver hora que desacordam, mas desacordar com o governo não quer dizer que deixam de ser a base do governo e de fazer o seu papel. Então, parabéns pela sua condução.

Falo isso porque, ao final – estamos finalizando aqui já o primeiro mandato (*sic*) –, sabemos que para quem chega não é fácil, é difícil se posicionar. Nós nos posicionamos, mas nos estabelecermos nesta casa é natural que não seja muito fácil, porque há muita coisa: comissão, plenário, discussão, matérias importantes, e todas elas dizem respeito a quem? À comunidade. É a essa que eu presto todo o meu apoio e solidariedade.

Neste momento, de uma forma especial, presidente, aos moradores da 26 de Setembro, da Cana do Reino, sobre essa operação que está ocorrendo lá, eu tenho falado com a liderança, com os moradores de lá. Quando há uma decisão judicial, é impossível se fazer qualquer discussão. Decisão judicial é "cumpra-se". Quando está fora da decisão, aí, sim, há a tratativa política, mas a tratativa política é uma mão política. A mão política tem o seu limite. Por exemplo, nós somos advogados, nós somos *longa manus* – é uma mão estendida da operação da justiça. Essa mão estendida tem um limite. O limite dela é a lei, pois com a lei ninguém pode fazer nada, senão você está sensível a responder alguma coisa: prisão, processo, processo administrativo, quebra de decoro. Tudo isso vai para o espaço e ninguém quer isso.

Então, eu estou aqui testemunhando para a 26 de Setembro que esta casa nunca faltou apoio a qualquer morador de qualquer região. Quero deixar aqui essa palavra de que nós estamos fazendo todo o empenho para trazer a paz, a tranquilidade, a dignidade para aqueles moradores.

Nós estamos em dezembro, daqui a pouco é Natal. O Natal é um sentimento de festa humanitário muito forte. Então, que o governo tenha essa sensibilidade de fazer todas as operações necessárias, mas nunca faltando a dignidade da pessoa humana, cuidando do morador que está lá.

Presidente, eu sei que eu me estendi, mas o Estado também precisa reconhecer muitas vezes a sua falha. Se se fez um parcelamento irregular e lá se ergueu uma casa e o morador foi para dentro da casa, já há a omissão do próprio Estado. Por que o Estado não previu e não agiu antes? Aí, deixam o morador construir sua casa, cair para dentro da casa e, depois que ele está dentro da casa, a derrubam?

Deixe-me falar, sofremos nós que somos parlamentares, principalmente aquele que está na ponta, aquele que é da região, que é o meu caso em Vicente Pires, 26 de Setembro, Cana do Reino. Nós sofremos porque o telefone não para, não dormimos, ficamos preocupados com o pai de família que investiu tudo que tinha e a casa foi derrubada. E hoje, na véspera de Natal, está lá, com os móveis do lado de fora, a população sofrendo.

Presidente, eu quero deixar aqui claro – é minha função, eu sou advogado e eu não transgribo a lei – que eu vou até o limite do que a lei permite; mas, politicamente, aonde podemos ir, dentro desse espectro da legalidade da coisa pública, da coisa republicana, nós não podemos deixar de ajudar e de atender esses moradores que sofrem tanto. Muitas vezes, todas as suas economias foram investidas na perspectiva da sua moradia, e depois ela vir abaixo de qualquer forma, sem ser notificado, sem que um advogado possa fazer uma defesa diante dos tribunais para tentar conseguir um mandado de segurança para segurar sua moradia, não é justo.

Então, que venha toda a sensibilidade do meu governo, do governador Ibaneis, da vice-governadora Celina, do nosso secretário do DF Legal! Que façamos todas as operações que forem necessárias, mas sabendo que nós precisamos também olhar a ponta, os moradores, a dignidade da pessoa humana, aquele que investiu.

Eu acho o seguinte, deputado Ricardo Vale: o governo tem que deixar de ser reativo, ele tem que ser proativo, ele tem que agir antes. Você sabe que há um parcelamento irregular, que alguém vai construir uma casa. Você vai deixar o cidadão de bem – porque quem compra é de bem – construir? Hoje há, ainda, a figura do antigo terceiro de boa-fé. O cidadão, às vezes, gasta todo o recurso da sua vida de trabalho, do FGTS, o fundo de garantia, das suas férias, todo o seu recurso, compra o lote, constrói a casa, cai dentro. E, quando ele cai dentro, o governo vai derrubar? Não dá para entender, senhor presidente!

Que o governo use todas as forças necessárias para ser proativo! Não deixe construir, vá atrás do grileiro, prenda aquele que está fazendo crime, vendendo lote, fracionando e vendendo área pública, mas não deixe o cidadão ser enganado e comprar. E, pior, não o deixe construir e ir para dentro. Depois que está dentro, aí eu peço, clamo, pela dignidade da pessoa humana, que o governo olhe pelo cidadão que está morando ali.

Eu vi hoje um pai de família se acabando de chorar lá na Cana do Reino, porque tudo o que ele tinha... Ele falou: "Eu investi na minha casa, e minha casa hoje está derrubada". Os fiscais chegaram lá, tiraram os móveis de dentro de casa, colocaram do lado de fora e derrubaram a casa do cidadão, deputado Chico Vigilante. Não estou questionando a legalidade, porque eu sou legalista por natureza e acho que não deveria ter a construção, mas, paciência: alguém vendeu, alguém comprou e alguém construiu. Será que o governo não está vendo, não, que estão construindo? Será que o governo não está vendo que estão construindo, gente?

Que o governo vá em cima de quem está vendendo! Há a Polícia Civil, a Polícia Militar, a inteligência. Aja, seja proativo, não reativo. Mas, depois de construído, por favor, peço, até pelo espírito humanitário do Natal: não faça isso com essas pessoas!

Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo senhor secretário.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O expediente lido vai a publicação.

Passo a presidência ao nobre deputado Ricardo Vale.

(Assume a presidência o deputado Ricardo Vale.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Assumo a presidência.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Obrigado, senhor presidente. Boa tarde a todos, a todas, boa tarde aos servidores que hoje lotam mais uma vez a galeria desta casa.

Senhor presidente, o que me traz a esta tribuna hoje é um debate que, para nós, é muito sério. Na semana que vem, provavelmente, nós votaremos o PPA e a LOA de 2024. A proposta que foi encaminhada para esta casa pelo Governo do Distrito Federal contém uma série de problemas, em várias áreas referentes à garantia dos direitos da população. Hoje, eu quero tratar de uma delas que tem sido objeto de muita prioridade do nosso mandato, que é a educação.

Estou falando isso porque hoje a Secretaria de Educação noticiou que, no ano que vem, ela receberá 23 mil novas matrículas, o que vai aumentar a demanda na rede pública do Distrito Federal. No PPA e na LOA, parece que acontece o contrário.

Vou dar alguns exemplos disso: o PDAF, que é o Programa de Descentralização Administrativa e Financeira. Esse programa permite que o dinheiro chegue à escola para as direções, com muito esforço e competência, comprarem gás, material pedagógico, desenvolverem projetos pedagógicos nas escolas. O orçamento na LOA deste ano para o PDAF foi 130 milhões; a proposta para o ano que vem é 119 milhões. São 11 milhões de reais a menos, com 23 mil novas matrículas.

O PPA e a LOA não dizem uma linha sobre como resolver hoje o número de mais de 15 mil vagas que estão desocupadas de professores e professoras. Não há concurso planejado, nomeação planejada.

Não há aumento no orçamento para melhorar, inclusive, a crise que estamos vivendo hoje no Distrito Federal quanto às merendas – diga-se de passagem, quero aqui diferenciar a crise na merenda,

fruto do descaso do secretário e da secretária de educação, do belíssimo trabalho das merendeiras, do belíssimo trabalho das direções de escola. O dinheiro que chega é pouco, a qualidade do alimento que chega é ruim, a quantidade de merendeiras na escola é insuficiente, as condições das cozinhas são precárias.

Vivenciamos recentemente a crise da onda de calor. As salas de aula viraram um forno, superlotadas – e não há uma linha sobre isso. Pelo contrário, é a política da precarização, é o aumento do quantitativo de alunos na sala de aula, porque o governo não constrói escola.

Por incrível que pareça, publicaram um decreto na semana passada que altera a normativa das creches. Surpreendentemente, no novo decreto, não é mais obrigatório haver berço nas turmas de berçário.

É um absurdo o que nós estamos vivendo hoje, na Capital da República, na política de educação. É um desastre. A gestão da Secretaria de Educação não sabe nada de educação. Ela ataca os servidores, ataca os professores, ataca a carreira de assistência, e quem está pagando essa conta são as famílias. Turmas da EJA estão sendo fechadas. Equipes pedagógicas estão sendo fechadas. O atendimento às crianças com deficiência não está sendo garantido hoje nas escolas. A qualidade do ensino hoje no DF, infelizmente, já não é aquela de outrora.

Tínhamos muito orgulho de ser um território livre do analfabetismo, por exemplo, e de termos os melhores índices da educação deste país. Não temos mais esse orgulho por fruto de um descaso continuado e de uma Secretaria de Educação em que os seus dirigentes não entendem nada de educação.

Não há no PPA nem na LOA, que vamos votar semana que vem, uma linha do planejamento da construção das escolas. Há escola que está em processo de construção há 10 anos, como o CEM 10 da Ceilândia, o CAIC do Gama. Hoje estava prevista a entrega do CEPI do Jardim Mangueiral. Está lá na placa a entrega para 5 de dezembro. Apagaram, porque não vão entregar. Talvez, se fosse um viaduto, estaria pronto, mas como é escola, creche que a população precisa e espera na fila, não é prioridade do governo, não é prioridade do orçamento.

Então, eu quero aqui lamentar muito a opção que a Secretaria de Educação fez de se desresponsabilizar de cuidar da educação pública das escolas, dos profissionais e da comunidade escolar. Fizeram a opção de não disputar dentro do governo o orçamento. Enquanto o orçamento do ano que vem vai crescer 5,5%, o da educação cresce apenas 1%. É a opção de quem está à frente da pasta educacional do Distrito Federal e não se importa com a escola pública. Lamento. Não há, de novo, uma linha para os programas Educação com Movimento, Ginástica nas Quadras, Educação Precoce. Eu lamento isso, mas nós vamos disputar aqui. Nós estamos preparando e vamos protocolar as emendas necessárias para que a educação saia do discurso da prioridade das eleições e possa ser, de fato, prioridade.

Para concluir, para ser prioridade, precisa entrar no orçamento. E nós queremos cobrar que a Secretaria de Educação apresente o cronograma mínimo das metas do Plano Distrital de Educação. Ano que vem, fará 10 anos do Plano Distrital de Educação e nenhuma das 21 metas serão cumpridas, presidente. Não há nenhum indicativo ou programa nem proposta para que pelo menos alcancemos parte dessas metas para, de fato, ter o direito à educação garantido para o conjunto da população do Distrito Federal.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Pergunto se algum deputado quer fazer uso da palavra.

Quero, mais uma vez, reforçar aqui aos trabalhadores da carreira fazendária que estamos aguardando o retorno da Casa Civil. Pedimos uma reunião amanhã com a participação dos deputados e do sindicato. Assim que tivermos o retorno da Casa Civil, vamos avisar vocês e o Helvécio, para que retomemos esse debate o mais rápido possível. Se Deus quiser, esse projeto chegará aqui na semana que vem e será votado na terça-feira, está bem? (Palmas.)

Então, não havendo mais nada a tratar... Há alguma coisa a tratar.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Dá-se início à  
ORDEM DO DIA.

